



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA  
E DO INTERIOR

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1984.

Senhor Secretário,

De acordo com as disposições do Decreto nº 7351, de 20 de junho de 1984, a Comissão de Assuntos Fundiários empenhou-se no levantamento das benfeitorias de pequenos e médios pecuaristas que ocupavam a área declarada de interesse público para fins de desapropriação há muitos anos na condição de posseiros.

Paralelamente ao levantamento dessas benfeitorias úteis, a Comissão administrou com êxito os conflitos efetivos entre os lavradores que estavam chegando a Campo Alegre e os pecuaristas, de forma que o ambiente emocional dominante entre as partes não degenerasse em confrontos físicos de proporções incontroláveis, o que, seguramente, viria redobrar as naturais dificuldades de administração do processo de assentamento dos lavradores.

A muito custo, como Vossa Excelência chegou a presenciar diversas vezes, a Comissão conseguiu trazer os pecuaristas para a mesa de discussão sob o compromisso de que o governo indenizaria, de acordo com critérios técnicos vigentes, as benfeitorias úteis existentes.

Em consequência do compromisso de indenização, instalou-se em Campo Alegre uma fase de discussão entre pecuaristas, lavradores e a Comissão de Assuntos Fundiários durante a qual foi possível estabelecer uma paz transitória, pois tudo está dependendo da rapidez com que possamos





SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA  
E DO INTERIOR

definir o dia da saída definitiva da área dos pecuaristas.

Os lavradores, preocupados com a época do plantio, reivindicam insistentemente as terras hoje ocupadas pelos pecuaristas, o que constitui uma ameaça efetiva aos entendimentos mantidos até o momento.

Os pecuaristas, especialmente os que não têm outras alternativas, alegam que dependem do pagamento das indenizações para deixarem suas posses e benfeitorias.

No processo de avaliação dos direitos dos pecuaristas posseiros, os critérios adotados foram bastante rigorosos, baseados em indicadores técnicos, mas não foram considerados nos laudos de avaliação o valor da posse da terra, o que representou uma razoável economia para o governo, especialmente porque a maioria dos pecuaristas tem mais de 20 anos na posse das áreas que ocupam.

Feita a exclusão do valor das posses, dos laudos técnicos elaborados constam os preços das edificações, cercas (moicões e arame farpado), instalações elétricas, das plantações, pastagens e cocheiras, tudo somando uma total de CR\$ 267.045.600,00 (duzentos e sessenta e sete milhões, quarenta e cinco mil e seiscentos cruzeiros), de acordo com os Laudos de Avaliação anexos e assim discriminados:

Pecuarista

- 1- Manoel Toledo Filho - CR\$ 45.000.000,00
- 2- Romilda das Graças Silva  
de Almeida - CR\$ 8.980.000,00
- 3- Ademar Amaro dos Santos - CR\$ 5.210.000,00
- 4- José Alves Gomes e  
Marileide - CR\$ 22.955.600,00 ✓
- 5- José Barbosa Pereira, Claudio  
Pereira de Carvalho e Luis Al-  
vim Barbosa Pereira - CR\$ 161.300.000,00





SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA  
E DO INTERIOR

6- José Inácio da Silva - CR\$ 23.600.000,00

Destaco neste relatório a importância que essas benfeitorias podem representar para os próprios lavradores, especialmente as cercas de arame farpado, geralmente de boa qualidade, moicões de brauna e 4 fios de arame bem postos, o que dá mais condições de defesa para a lavoura que está sendo plantada pelos posseiros; as benfeitorias de propriedade de José Barbosa Pereira, Cláudio Pereira de Carvalho e Luis Alvim Barbosa Pereira, por sua vez, constituem uma infra-estrutura moderna cuja preservação deve interessar ao poder público, pois a manutenção de uma vacaria leiteira em Campo Alegre talvez possa se ajustar ao projeto de assentamento dos lavradores, especialmente se consideramos a distância e a deficiência de comunicação do local.

Assim, para orientação e encaminhamento, passo às mãos de Vossa Excelência o presente expediente.

EDGARD RIBEIRO DE SOUSA  
Secretário Executivo  
de  
Assuntos Fundiários